

ATA DA TRICENTÉSIMA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB

Aos dois dias de agosto de dois mil e vinte e quatro, às 9 horas, por video conferência, mediante a utilização da ferramenta Zoom, realizou-se a **347ª** (tricentésima quadragésima sétima) Reunião Ordinária, correspondente ao mês de julho de 2024, do Conselho Fiscal (Confis) da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Empresa Pública Federal, constituída nos termos da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto A, Lote 69, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, NIRE/NIRC nº 5350000093-3, CNPJ nº 26.461.699/0001-80. Estiveram presentes os Srs. Conselheiros: **Diego Donizetti Gonçalves Machado, e Marcus Vinícius Boente do Nascimento**, representantes titulares do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA); e **Helio Fonseca Miranda**, representante titular da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) do Ministério da Fazenda (MF). E, para prestar esclarecimentos, os membros do Comitê de Auditoria: **Dirceu Martins Batista Junior e Domingos Poubel de Castro; Vinícius Bitencourte**, Auditor Independente da empresa Davi e Corrêa Auditores Independentes S/S e; **Elinaldo José da Rocha**, Superintendente da Superintendência de Contabilidade (Sucon). Aberta a reunião, o Presidente deu início à análise da pauta. **1. Conhecimento da Companhia e do Setor. 1.1.** Acompanhamento semestral das modificações do Estatuto Social da Companhia e dos Regimentos Internos da Companhia, da Diretoria Executiva, dos Conselhos de Administração e Fiscal e Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração - **1º semestre/2024 (DESPACHO DIREX - SEI Nº 36430469 - Processo SEI Nº 21200.003625/2022-61)**. Conforme informado pela Companhia, não ocorreram alterações nos normativos internos da Companhia, exceto atualização do Regimento Interno do Conselho Fiscal, que ocorreu na 341ª Reunião Ordinária do realizada em 20/02/2024. **2. Funcionamento do Conselho Fiscal. 2.1. Avaliação semestral da eventual necessidade de alteração do Regimento Interno do Conselho Fiscal - 1º semestre/2024.** Após avaliação, o Confis registra que não há alterações a serem promovidas em seu Regimento Interno. **3. Fiscalização dos Atos de Gestão. 3.1. Exame mensal das atas das reuniões da Diretoria Executiva (Direx). 3.1.1. Ata 1.668ª Reunião Ordinária da Direx, de 28/05/2024.** Após exame da referida Ata, o Confis nada destacou. **3.1.2. Ata 330ª Reunião Extraordinária da Direx, de 28/05/2024.** Após exame da referida Ata, o Confis nada destacou. **3.1.3. Ata 1.669ª Reunião Ordinária da Direx, de 05.06.2024.** Após exame da referida Ata, o Confis nada destacou. **3.1.4. Ata 331ª Reunião Extraordinária da Direx, de 10/06/2024.** Após exame da referida Ata, o Confis nada destacou. **3.1.5. Ata 1.670ª Reunião Ordinária da Direx, de 12/06/2024.** Após exame da referida Ata, o Confis nada destacou. **3.1.6. Ata 1671ª Reunião Ordinária da Direx, de 20/06/2024.** Após exame da referida Ata, o Confis nada destacou. **3.1.7. Solicitação do Conselho Fiscal:** O Confis solicita à Diretoria Executiva que o encaminhe todos os Processos submetidos à sua deliberação e registrados em suas Atas. **3.2. Exame mensal das atas das reuniões do Conselho de Administração (Consad). 3.2.1. Ata da 6ª Reunião Ordinária do Consad, de 20/06/2024.** Após exame da referida Ata, o Confis destaca os itens: a) 1.3. Digep - DEL N.º 028/2024 - Aprovar o encaminhamento da proposta de remissão da dívida dos empregados da Conab com o Serviço de Assistência à Saúde, ao MDA para remessa à Sest, mediante e condicionada à alteração da modalidade de benefício de assistência à saúde, de forma que a participação da empresa no custeio deste, não exceda a 70% (setenta por cento) da despesa, conforme encaminhamento da Direx, bem como o prosseguimento do rito, submetendo a matéria à deliberação da Sest, nos termos do art. 2º, IV, da Portaria SEST/ME nº 1.122, de 28/01/2021 c/c art. 62, L do Estatuto Social e do Art. 6º, VII da RESOLUÇÃO CGPAR Nº 52, DE 17 DE ABRIL DE 2024. b) item 2.1. - Relatório de Acompanhamento das atividades da Audin. Após tomar conhecimento do referido Relatório, o Conselho DETERMINA à Diretoria Executiva que verifique o motivo da pendência de 31 recomendações de exercícios anteriores, informando ao Conselho as providências adotadas. **3.2.2. Ata da 6ª Reunião Extraordinária do Consad, de 25/06/2024.** Após exame da referida Ata, o Confis nada destacou. **3.3. Conhecimento mensal das atas das reuniões do Comitê de Auditoria (Coaud).** O Confis registra que não foram entregues atas do Coaud ao Colegiado para conhecimento. **4. Desempenho Econômico-financeiro. 4.1. Análise mensal e trimestral dos demonstrativos contábeis (Balanço Patrimonial - BP; Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL; Demonstração do Valor Adicionado - DVA; Demonstração do Resultado do Exercício - DRE sintética e analítica; e Demonstração do Resultado Abrangente) - Maio/2024 (DESPACHO DIAFI - SEI nº 36101780; e DESPACHO DIREX - SEI nº 36521388 – Processo SEI Nº 21200.002037/2024-71); e 1º Trimestre/2024 (DESPACHO DIREX - SEI Nº 36517809 – Processo SEI 21200.004939/2024-42.** O Confis registra a importância da análise das demonstrações contábeis de uma Companhia como a Conab, pois tem capacidade de

orientar decisões estratégicas, assegurando transparência e confiabilidade. Essa análise proporcionou um panorama detalhado da situação financeira da Companhia, com atividades próprias e ainda as operações governamentais, sendo uma ferramenta valiosa para verificar a efetividade das políticas públicas e dos programas desenvolvidos pela Conab. No contexto específico da Conab, que tem um papel estratégico na execução de políticas agrícolas e de segurança alimentar, essa análise é ainda mais relevante, pois pode sinalizar o grau de sucesso dessas iniciativas.

4.1.1. Maio/2024 (DESPACHO DIREX - SEI nº 36521388 – Processo SEI 21200.002037/2024-71).

a) Ativo Circulante: Em maio de 2024, o Ativo Circulante aumentou 4,31%, totalizando R\$ 81.352.085,67. Esse crescimento foi impulsionado principalmente pelo aumento de R\$ 32.671.064,28 no grupo Caixa e Equivalente de Caixa, destacando-se a conta “Limite de Saque com Vinculação de Pagamento” com um aumento de R\$ 32.999.858,15 para diversos pagamentos. Além disso, o grupo Demais Créditos e Valores a Curto Prazo aumentou R\$ 63.728.072,15, com variações significativas nas contas de Créditos a Receber de empregados (aumento de R\$ 2.412.695,46), Recursos da União (redução de R\$ 4.704.076,81), Créditos a Receber por Cessão de Créditos pela União (aumento de R\$ 46.073.764,88) e Adiantamento – Termo de Execução Descentralizadas (aumento de R\$ 20.500.000,00). O grupo Estoques reduziu em R\$ 14.917.552,34. As principais variações foram: redução de R\$ 6.700.196,14 em Mercadorias para Revenda devido às vendas de produtos; redução de R\$ 3.146.005,90 em Materiais em Trânsito pelas transferências de produtos recebidos; e redução de R\$ 5.781.255,86 em Compra Antecipada – Entrega Futura pelos recebimentos de produtos da agricultura familiar para doações.

b) Ativo Não Circulante: Em maio de 2024, o Ativo Não Circulante aumentou 0,17%, totalizando R\$ 2.430.810,98. As principais variações foram: aumento de R\$ 1.223.766,67 em Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados, com destaque para o depósito referente a uma sentença trabalhista de R\$ 1.164.900,30; aumento de R\$ 697.850,48 em Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo, devido a atualizações monetárias e juros, além de créditos a receber por acertos financeiros com empregados e ex-empregados; e aumento de R\$ 509.268,83 no grupo do Imobilizado, relacionado a aquisições de equipamentos e bens de informática para as Superintendências Regionais.

c) Passivo Circulante: Em maio de 2024, o Passivo Circulante aumentou 4,08%, totalizando R\$ 77.866.008,07. As principais variações foram: aumento de R\$ 6.666.693,08 em Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar, com destaque para Pessoal a Pagar (R\$ 4.686.912,29) e Encargos Sociais a Pagar (R\$ 1.801.056,89). No grupo Obrigações em Circulação, houve um aumento de R\$ 71.199.314,99, apesar das reduções em Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo (R\$ 6.311.291,92) e Provisões de Curto Prazo (R\$ 5.735.255,55), devido a pagamentos de obrigações e depósitos referentes a sentenças trabalhistas. As Demais Obrigações a Curto Prazo apresentaram um aumento de R\$ 83.692.261,19, com variações significativas: redução de R\$ 10.083.700,97 em consignações devido a recolhimentos de impostos e contribuições; redução de R\$ 1.587.140,39 em depósitos e cauções recebidos; aumento de R\$ 92.675.937,62 em entidades credoras, destacando-se repasses do Tesouro Nacional para Institutos Federais e aquisições de alimentos da Agricultura Familiar; redução de R\$ 8.096.474,22 em entidades privadas de previdência devido ao pagamento de parcela de contrato de saldamento da dívida; e aumento de R\$ 11.702.337,07 em transferências financeiras a comprovar, principalmente para despesas com subvenção econômica.

d) Passivo Não Circulante: O aumento de 0,58% no Passivo Não Circulante, totalizando R\$ 6.064.239,99 em maio de 2024, foi devido aos registros na conta de Entidades Privadas de Previdência. Isso reflete a atualização monetária e os juros conforme o Termo de Adimplemento ao contrato de saldamento da dívida dos planos de previdência junto ao Cíbrus.

e) Patrimônio Líquido: O Patrimônio Líquido teve uma redução de 0,04%, equivalente a R\$ 147.351,41, devido ao resultado negativo do período em maio de 2024. O Resultado Acumulado até abril de 2024, que era de R\$ 16.848.058,21, foi reduzido pelo déficit de maio, resultando em um montante acumulado de R\$ 16.700.706,80 até o final de maio de 2024.

4.1.1.2. Na Demonstração de Resultado do Exercício (DRE), ao comparar maio de 2024 com abril de 2024, observaram-se os seguintes pontos:

a) Receita Operacional Líquida: aumentou 8,91%, ou R\$ 1.075.383,78. A receita de vendas de estoques reguladores aumentou em R\$ 1.037.229,40 devido a um incremento nas vendas de “milho e outros.” Além disso, as receitas de serviços tiveram um crescimento de R\$ 76.997,57, resultante do aumento no faturamento de armazenagens e aluguéis. No entanto, as deduções das receitas de vendas e serviços também cresceram ligeiramente, em R\$ 56.907,34, o que impactou diretamente o total da Receita Operacional Líquida.

b) Lucro Bruto Operacional: teve um pequeno aumento de R\$ 20.049,30 em comparação com abril de 2024, mesmo com o aumento significativo no Custo Líquido das Vendas e Serviços de R\$ 1.055.334,48.

c) Receitas Operacionais Diversas: aumentaram 16,68%, totalizando R\$ 1.814.035,81, impulsionadas principalmente pelo crescimento de R\$ 1.022.506,29 nas Receitas Diversas. Esse aumento se deve aos recebimentos de cestas "Fome Zero" na Sureg/MS, no valor de R\$ 811.301,75, doadas pela Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério do Desenvolvimento Social, além dos ganhos de ICMS referentes a remoções de produtos, que somaram R\$ 208.842,84 na Unidade de Estoque Regulador/PI – PGPM. As Receitas de Indenizações e Restituições também cresceram em R\$ 853.944,05 devido às restituições de despesas de exercícios anteriores.

d) Resultados Financeiros: registraram um aumento de 74,33%, ou R\$ 144.968,19, em comparação com o mês anterior. Esse crescimento foi impulsionado principalmente pelos recebimentos de juros e encargos de mora sobre o atraso na entrega de bens e produtos, bem como pelas atualizações monetárias de créditos a receber.

e) Subvenções do Tesouro Nacional: diminuíram 3,19%, ou R\$ 3.373.217,17, em comparação com o mês anterior, principalmente

devido à redução nos repasses financeiros para o pagamento de sentenças judiciais e encargos sociais. **f) Despesas Operacionais:** Em maio de 2024, as despesas operacionais reduziram 0,32% (R\$ 352.803,39) em relação ao mês anterior. As principais variações foram: aumento de 2,30% (R\$ 2.068.422,85) nas despesas de pessoal, com destaque para um aumento discreto na remuneração de pessoal (R\$ 191.735,92) e um aumento significativo nos benefícios a pessoal (R\$ 6.515.846,02). Houve também uma redução nas sentenças judiciais (R\$ 2.089.085,15) e em outras despesas variáveis – pessoal civil (R\$ 2.518.991,29), além de uma redução nas indenizações e restituições trabalhistas (R\$ 647.268,12). Em Outras Despesas Operacionais, houve aumento de R\$ 1.062.022,50 em maio de 2024, devido ao aumento dos pagamentos de subvenções econômicas aos extrativistas da borracha e trigo. **g) Resultado Líquido:** Em maio de 2024, foi negativo em R\$ 147.351,41, decorrente das operações das Atividades Próprias da Companhia, considerando que os resultados das atividades governamentais foram nulos. **4.1.2. 1º trimestre/2024 (DESPACHO DIREX - SEI Nº 36517809, de 16/07/2024 – Processo SEI 21200.004939/2024-42).** **a) Ativo Circulante:** No 1º trimestre de 2024, o Ativo Circulante aumentou 63,64% (R\$ 720.243.442,81) em relação ao mesmo período de 2023, impulsionado por um aumento significativo nos estoques (R\$ 653.291.253,71), especialmente em mercadorias para revenda e compras antecipadas para entrega futura. Houve também um aumento nos créditos a receber por cessão de créditos pela União (R\$ 55.992.949,31) e adiantamentos de termos de execução descentralizadas (R\$ 17.625.930,00). Em contrapartida, os recursos da União diminuíram R\$ 15.762.130,37 devido à ausência de recebimentos das equalizações de preços do 1º trimestre de 2023. Além disso, houve uma redução no caixa e equivalentes de caixa (R\$ 12.297.147,92) e um aumento nos tributos a recuperar/compensar (R\$ 10.737.855,00). **b) Ativo Não Circulante:** No primeiro trimestre de 2024, o Ativo Não Circulante reduziu 7,98%, equivalente a R\$ 120.269.204,99, em comparação ao mesmo período de 2023. A principal variação foi a redução de R\$ 142.016.988,00 em Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo, destacando-se a conta de Créditos a Receber por Cessão de Créditos para a União, que diminuiu R\$ 141.273.466,59. Houve um aumento de R\$ 1.297.467,57 em Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados. O Imobilizado aumentou R\$ 20.518.485,93, principalmente devido à transferência de imóveis/móveis cedidos pela União à Conab. Além disso, houve ajustes e reversões significativas em Contingências Passivas, totalizando R\$ 220.228.722,97, com destaque para depósitos relacionados a sentenças trabalhistas e cíveis. **c) Passivo Circulante:** O Passivo Circulante acumulado até o 1º trimestre de 2024 aumentou 95,06%, totalizando R\$ 915.942.708,19, em comparação com o mesmo período de 2023. Esse aumento se deve principalmente às variações em Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar, com destaque para Pessoal a Pagar (R\$ 25.879.412,77) e Encargos Sociais a Pagar (R\$ 15.306.464,26). Além disso, houve um aumento significativo em Obrigações em Circulação, especialmente em Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo (R\$ 15.905.647,37), Provisões de Curto Prazo (R\$ 137.721.832,64) e Demais Obrigações a Curto Prazo (R\$ 723.563.305,43). Outros fatores incluem aumentos em Depósitos e Cauções Recebidos (R\$ 8.944.778,80) e Entidades Credoras (R\$ 742.940.457,66), enquanto houve uma redução em Transferências Financeiras a Comprovar – TED (R\$ 56.893.391,64). **d) Passivo Não Circulante:** Até o 1º trimestre de 2024, o Passivo Não Circulante reduziu 21,47%, totalizando R\$ 280.589.519,80, em comparação com o mesmo período de 2023. Essa redução foi principalmente devido à diminuição nas Provisões a Longo Prazo, que caíram R\$ 273.571.037,36, com destaque para as Provisões Trabalhistas (redução de R\$ 248.621.007,86), Provisões Fiscais (redução de R\$ 14.045.910,46) e Provisões Cíveis (redução de R\$ 11.182.739,85). Além disso, houve uma redução de R\$ 7.018.482,44 nas Demais Obrigações a Longo Prazo, incluindo a transferência de R\$ 95.030.844,60 para o curto prazo e atualizações monetárias e juros de R\$ 88.012.362,16. **e) Patrimônio Líquido:** O Patrimônio Líquido acumulado até o 1º trimestre de 2024 diminuiu 9,61%, ou R\$ 35.378.950,57, em comparação com o mesmo período de 2023. Essa redução se deve principalmente à diferença entre os resultados acumulados dos dois períodos, com um superávit de R\$ 16.473.393,91 em 2024 e R\$ 21.588.523,68 em 2023, resultando em uma diferença de R\$ 5.115.129,77. Além disso, houve uma redução de R\$ 30.263.820,80 nas Reservas de Lucros para Expansão, utilizadas para cobrir o prejuízo de 2023. **4.1.2.2. Demonstração do Resultado do Exercício (DRE).** Na Demonstração de Resultado do Exercício (DRE). Na Demonstração de Resultado do Exercício (DRE), ao comparar o 1º trimestre de 2024 com o 1º trimestre de 2023, observaram-se os seguintes pontos: No 1º trimestre de 2024, a **Receita Operacional Líquida** aumentou 28,90%, totalizando R\$ 9.024.863,07 em comparação com o mesmo período de 2023. Esse crescimento foi impulsionado principalmente pelo aumento de R\$ 6.639.968,93 nas Receitas de Serviços (prestação de serviços de armazenagem/aluguéis) e de R\$ 2.480.550,84 nas Receitas de Vendas de Mercadorias, devido ao aumento das vendas de mercadorias dos estoques reguladores - PGPM. Além disso, houve um acréscimo de R\$ 95.656,70 nas deduções das receitas de vendas e serviços. **Lucro Bruto Operacional:** No primeiro trimestre de 2024, o Lucro Bruto Operacional aumentou 58,50%, totalizando R\$ 5.589.555,99, impulsionado pelo crescimento das receitas de serviços, especialmente em Armazenagens e Aluguéis. As Despesas Operacionais também subiram 25,25%, alcançando R\$ 311.248.488,35, com destaque para o aumento nas Despesas de Pessoal (R\$ 55.309.535,19), Sentenças Judiciais (R\$ 1.029.946,48) e Despesas Comerciais e Administrativas (R\$ 2.252.196,30). Houve variações significativas em subgrupos como Remuneração de Pessoal, Obrigações Patronais, Benefícios a Pessoal, Consumo de Materiais, Diárias e Serviços Técnicos Profissionais. Outras Despesas Operacionais reduziram em R\$ 2.593.065,62 devido a deduções e recuperações deduzidas. **Receitas Operacionais Diversas:** No 1º trimestre de 2024, as Receitas Operacionais

Diversas caíram em 97,32%, com uma redução de R\$ 21.618.856,92 em comparação ao mesmo período de 2023. A principal causa foi a diminuição das Receitas Diversas, especialmente devido ao fim dos repasses do Tesouro Nacional para a Conab, impactando a gestão dos estoques públicos. Houve um pequeno aumento nas Transferências Financeiras, de R\$ 162.000,00, para aquisições de produtos, enquanto as Indenizações e Restituições caíram em R\$ 2.998.592,13, devido à menor recuperação de despesas anteriores. No 1º trimestre de 2024, os **Outros Resultados** aumentaram significativamente em 6.480,91%, totalizando R\$ 5.464.202,48. Esse aumento foi impulsionado pela alienação de bens móveis, a venda de um imóvel em Francisco Beltrão/PR e pela desincorporação e incorporação de ativos, incluindo terrenos e estruturas em Colatina/ES. A desincorporação de ativos somou R\$ 21.824.348,22 e a incorporação atingiu R\$ 21.850.552,94, refletindo registros de imóveis cedidos pela União à Conab. **Resultados Financeiros:** No 1º trimestre de 2024, o Resultado Financeiro caiu 31,14%, totalizando R\$ 404.886,39, em comparação com o mesmo período de 2023. Essa redução foi principalmente causada pela diminuição nas receitas financeiras, como atualizações monetárias e outras fontes de rendimento. **Subvenções do Tesouro Nacional:** No 1º trimestre de 2024, as Subvenções repassadas pelo Tesouro Nacional para Custeio/Pessoal aumentaram 24,85%, totalizando R\$ 61.818.989,76. Esse aumento ocorreu devido aos repasses financeiros para o pagamento de folhas salariais, incluindo reajustes salariais resultantes do Dissídio/Acordo Coletivo de Trabalho e um ajuste adicional de 3,65% para 2023/2024, que também contemplou pagamentos retroativos e despesas comerciais/administrativas. **Resultado Líquido:** No 1º trimestre de 2024, os Resultados Líquidos foram de R\$ 16.473.393,91, uma redução em relação aos R\$ 21.588.523,68 do mesmo período de 2023, devido principalmente à queda nas Receitas Diversas e Indenizações e Restituições. Apesar dessa diminuição, houve aumentos significativos em Lucro Bruto, com receitas de serviços e aluguéis, e em Outros Resultados, com receitas de alienações de bens e venda de imóveis. Além disso, as Subvenções repassadas pelo Tesouro Nacional para pagamento de pessoal cresceram em R\$ 4.256.675,77 devido ao aumento das despesas operacionais.

4.1.2.3. Análise Comparativa dos Indicadores Econômico-financeiros - 1º trimestre/2024 comparado com o 1º trimestre/2023. Após análise do Relatório, o Confis destaca: **a) Índice de Liquidez Corrente:** No primeiro trimestre de 2024, a empresa mostrou que conseguia pagar suas dívidas de curto prazo com R\$ 0,99 para cada R\$ 1,00 de dívida. No mesmo período de 2023, a situação era melhor, com R\$ 1,17 disponíveis para cada R\$ 1,00 de dívida de curto prazo. **b) Índice de Liquidez Geral:** Até o primeiro trimestre de 2024, a empresa tinha uma capacidade confortável de honrar todas as suas dívidas, com R\$ 1,06 disponíveis para cada R\$ 1,00 de dívida total. No mesmo período de 2023, a empresa estava em uma posição mais favorável, com R\$ 1,11 disponíveis para cada R\$ 1,00 de dívida total. **c) Endividamento ou Grau de Endividamento:** Até o 1º trimestre de 2024, cada R\$ 1,00 de bens e direitos do Ativo total da Companhia foi financiado em R\$ 0,90 por recursos de terceiros, representando 90% do financiamento total. Os recursos próprios corresponderam a 10%. No 1º trimestre de 2023, a utilização de recursos de terceiros foi menor, com R\$ 0,86 para financiar cada R\$ 1,00 de bens e direitos. **d) Imobilização do Patrimônio Líquido:** Até o 1º trimestre de 2024, a imobilização dos Ativos (Investimentos + Imobilizado + Intangíveis) representou 43% do Patrimônio Líquido da empresa, ou seja, R\$ 0,43 de cada R\$ 1,00 do capital dos sócios foi utilizado para esse fim. No 1º trimestre de 2023, essa aplicação foi menor, utilizando 34% do Patrimônio Líquido, ou R\$ 0,34 de cada R\$ 1,00 do capital dos sócios. **e) Imobilização de Recursos Não Correntes:** Até o 1º trimestre de 2024, 11% dos recursos próprios e de terceiros de longo prazo foram aplicados na aquisição de bens. No 1º trimestre de 2023, o total de recursos não correntes utilizados foi de aproximadamente 7% para financiar os bens da empresa.

5. Estruturas de Controle. 5.1. Conhecimento trimestral dos pareceres e relatórios emitidos pelos Auditores Independentes – DAVI & CORREIA - AUDITORES INDEPENDENTES - 1º trimestre/2024. 5.1.1. Relatório dos auditores independentes sobre a revisão das informações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais) nº 245/2024 – Poc/Vbs/It/Fm - 1º trimestre/2024 (DESPACHO DIREX - SEI nº 36517809 - Processo SEI 21200.004939/2024-42). O Conselho Fiscal tomou conhecimento do Relatório e destaca a Conclusão dos Auditores Independentes, pelo não conhecimento de fato que *“leve a acreditar que as demonstrações contábeis não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Conab”* e não trouxe apontamentos ou recomendações. **5.1.2. Relatório Circunstanciado dos Auditores independentes nº 246/2024 – Poc/Vbs/It/Fm - 1º trimestre/2024.** Após análise do referido Relatório, o Confis destaca que em termos conclusivos o documento trouxe o entendimento de que os controles internos e as informações contábeis da Companhia se encontram de forma geral, satisfatórios, no entanto, foram feitas recomendações relevantes para a análise dos Auditores Independentes acerca das demonstrações contábeis da Companhia nos próximos trimestres. As recomendações trataram principalmente sobre a ausência de dados suficientes para análise das informações e a necessidade de se providenciar relatórios analíticos. O Confis solicita à Direx que atenda às recomendações e encaminhe ao Conselho os relatórios analíticos junto às demonstrações contábeis trimestrais.

5.2. Conhecimento trimestral dos pareceres e relatórios emitidos pelo Comitê de Auditoria (Coaud) - 1º trimestre/2024. 5.2.1. NOTA TÉCNICA COAUD N.º 8/2024, de 22/07/2024 - Supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras preparadas para o 1º trimestre de 2024. Após análise da referida Nota Técnica, o Confis solicita à Direx que sejam relacionadas as recomendações contidas na AGO de 28/04/2023, bem como da AGO de 30/04/2024, com suas respectivas manifestações e prazos para atendimento. **5.3. Reunião trimestral com a Auditoria Independente e com o Comitê de Auditoria (Coaud) – 1º trimestre/2024.** O Confis registra que a reunião com a Davi & Correia -

AUDITORES INDEPENDENTES e o Coaud foi realizada, nesta data, conforme previsto. **5.4. Acompanhamento semestral do atendimento às recomendações ou determinações do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Controladoria-Geral da União (CGU) em processos de fiscalização e auditoria, prestação de contas ou tomada de contas especial – 1º Semestre/2024. 5.4.1. NOTA TÉCNICA AUDIN/GEMEQ SEI Nº 12/2024, de 10/07/2024 - Acompanhamento de Ofícios/Acórdãos do Tribunal de Contas da União - TCU (OFÍCIO INTERNO AUDIN SEI N.º 44/2024, de 10/07/2024 - SEI nº 36418949 - Processo SEI 21200.002477/2024-29).** De acordo com a referida Nota Técnica, no 1º semestre/2024, o Tribunal de Contas da União (TCU) emitiu 18 Ofícios destinados à Conab, além dos 10 que já estavam em acompanhamento. A maioria desses ofícios referiu-se à notificação de acórdãos e diligências. Dos 10 Ofícios que estavam em acompanhamento em 2023, 6 foram concluídos e 4 seguem em acompanhamento em 2024. A Nota destaca que o Ofício 3698/2019-TCU/Sefip (Monitoramento de indícios via sistema e-Pessoal/TCU) refere-se à fiscalização periódica e terá monitoramento contínuo. Para o próximo semestre, 22 processos continuarão a ser monitorados. Segundo a Nota, apenas 1 dos Ofícios/Processos (Ofício 199/2024-TCU/Audti) está com ação pendente por parte da Conab, estando os demais marcados como Encerrados (8), em análise pelo TCU (9), Acórdão Notificado (4), Demanda Atendida (5) ou Monitoramento Contínuo (1). O Ofício 199/2024-TCU/Audti, marcado como pendente de ação pela Conab, trata dos controles implementados para adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Segundo a Nota, o interlocutor foi designado para o preenchimento do questionário até o dia 12/07/2024. A Nota não trouxe maiores destaques sobre problemas graves ou riscos operacionais à Companhia em nenhum dos processos monitorados. **5.4.2. NOTA TÉCNICA AUDIN/GEDOP SEI Nº 11/2024, de 09/07/2024 - Acompanhamento das Recomendações dos Relatórios da CGU - 1º semestre/2023 (OFÍCIO INTERNO AUDIN SEI N.º 40/2024, de 09/07/2024 - SEI nº 36374842 – Processo SEI 21200.002447/2024-12).** Após exame da Nota Técnica, o Confis registra que existem 16 recomendações para a Conab, em monitoramento pela CGU. Dessas, 11 estão a cargo da Matriz e 05 das Superintendências Regionais. **6. Outras Atividades. 6.1. Verificação semestral do cumprimento da Lei nº 13.303/2016, do Decreto nº 8.945/2016 e das Resoluções da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR) – 1º semestre/2024. (Ofício Sucor nº 142, de 05/07/2024 - DESPACHO DIREX – SEI nº 36409251 – Processo SEI 21200.004748/2024-81 - Relatório de Acompanhamento das CGPAR nº 06/2024).** Após exame do referido Relatório, o Confis registra a situação de implementação das Resoluções da Comissão Interministerial de Governança Corporativa – CGPAR, ao todo doze resoluções: CGPAR Nº 29/2022, “EM IMPLEMENTAÇÃO”; CGPAR Nº 39/2022, “IMPLEMENTADA”, CGPAR Nº 43/2022, “IMPLEMENTADA”; CGPAR Nº 44/2022, “REVOGADA”; CGPAR Nº 45/2022, “EM IMPLEMENTAÇÃO”; CGPAR Nº 46/2022, “REVOGADA”; CGPAR Nº 47/2022, “REVOGADA”; CGPAR Nº 48/2022, “EM IMPLEMENTAÇÃO”; CGPAR Nº 49/2023, “REVOGADA”; CGPAR Nº 50/2023, “IMPLEMENTADA”; CGPAR Nº 51/2024, “IMPLEMENTADA”; CGPAR Nº 52/2024, “EM IMPLEMENTAÇÃO”. **6.2. Acompanhamento mensal do Controle de Pendências. O Colegiado registra que foi elaborado o Controle de Pendências da Ata da 346ª Reunião Ordinária do Confis, de 5/7/2024, bem como foram efetuados os lançamentos dos atendimentos às solicitações do Conselho Fiscal nas Atas correspondentes.** Encaminhe-se cópia desta Ata à Direx; ao Consad; ao Assessor Especial de Controle Interno do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA); à Controladoria-Geral da União (CGU); e ao Tribunal de Contas da União (TCU), para conhecimento e providências que julgarem convenientes. E nada mais havendo a tratar, a Presidente agradeceu a presença de todos, dando por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, Regina Maria Pereira Gomide dos Reis, Chefe da Coordenadoria de Apoio aos Conselhos e Comitês Estatutários (Coest), lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos Conselheiros presentes.

DIEGO DONIZETTI GONÇALVES MACHADO

Presidente

HELIO FONSECA MIRANDA

Conselheiro Titular

MARCUS VINÍCIUS BOENTE DO NASCIMENTO

Conselheiro Titular

REGINA MARIA PEREIRA GOMIDE DOS REYS

Secretária



Documento assinado eletronicamente por **HELIO HENRIQUE FONSECA MIRANDA, Conselheiro (a) Fiscal - Conab**, em 29/08/2024, às 09:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **DIEGO DONIZETTI GONCALVES MACHADO, Conselheiro (a) Fiscal - Conab**, em 30/08/2024, às 11:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARCUS VINICIUS BOENTE DO NASCIMENTO, Conselheiro (a) Fiscal - Conab**, em 02/09/2024, às 10:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **REGINA MARIA PEREIRA GOMIDE DOS REYS, Chefe de Coordenadoria - Conab**, em 03/09/2024, às 13:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site:

https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **37307374** e o código CRC **430F7904**.